

Notas Explicativas Fundo em 31 de março de 2017 (Em Reais)



1. Contexto operacional

O **SENAR/AR-MT - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL**, é uma instituição de direito privado, paraestatal, constituída em 26 de abril 1993, sob forma de associação civil sem fins lucrativos, autorizada pela Lei 8.315 de 23 de dezembro de 1991, com prazo de duração por tempo indeterminado, com sede e foro em Cuiabá – MT, tendo como associados a seguinte formação:

Nacionalmente, o SENAR está vinculado à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e é dirigido por um Conselho Deliberativo, de composição tripartite e paritária, composto por representantes do governo, da classe patronal rural e da classe trabalhadora, com igual número de conselheiros. O SENAR-AR/MT, com administração regional no Estado de Mato Grosso, é vinculado à Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (FAMATO) e dirigido por um Conselho Administrativo, composto por representantes das classes de produtores e de trabalhadores rurais do Estado e um representante do SENAR Central. Este Conselho exerce a direção superior e a normatização das atividades do SENAR no Estado no que diz respeito ao planejamento, diretrizes e políticas institucionais, controle e avaliação de toda a instituição.

O SENAR possui destinação específica de receitas arrecadadas pelo Governo Federal, sendo Entidade instituída por lei com o estrito propósito de prestar serviços de caráter social aos trabalhadores, na área de formação profissional (rural).

O SENAR tem por objetivo: proporcionar o desenvolvimento socioeconômico do trabalhador rural e de sua família, por meio da realização de ações de formação profissional rural e atividades de promoção social. Os níveis de formação profissional oferecidos são: qualificação, aperfeiçoamento, atualização e especialização.

Por se constituir em instituição de fins educacionais sem fins lucrativos, o SENAR - AR/MT não deve apresentar superávit em suas contas ou, caso apresentem em determinado exercício, deverão destinar integralmente o referido resultado à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, podendo aplicá-lo, ainda, como incremento de seu ativo imobilizado. Quando apurado déficit, o déficit técnico do exercício será absorvido pelo patrimônio social.

De acordo com o inciso I do artigo 12 do Decreto nº 3.078 de 6 de maio de 1999, e com as alterações introduzidas pela Lei no 9.732 de 1998, a Entidade está isenta também da Contribuição Social.

Notas Explicativas

Findo em 31 de março de 2017

(Em Reais)



2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico de Contabilidade, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), conforme adotado no Brasil por meio de aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Resolução CFC 1.409/ 12 que aprova a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, ou seja, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pela administração em 04 de maio de 2017.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

3. Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

As disponibilidades pertencentes à Entidade são representadas pelos recursos mantidos em espécie na sua tesouraria, pelos saldos de livre movimentação dos depósitos bancários à vista e pelas aplicações financeiras de curto prazo.

As aplicações financeiras estão representadas por quantias investidas em fundos de investimento, certificados de depósitos bancários e depósitos em poupança, cujos saldos correspondem aos montantes efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

As aplicações financeiras em nome da Entidade estão classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Findo em 31 de março de 2017

(Em Reais)

3.2 Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:
Mensurados ao valor justo por meio do resultado, recebíveis, mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente.

Recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Entidade compreendem contas a receber, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos mantidos até o vencimento são basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

3.3 Contas a receber

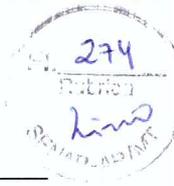
As contas a receber são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). A Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

As contas a receber aos saldos de contribuições sociais a receber, unicamente relativos ao mês de competência de março e representam as quantias a serem repassadas pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Fazenda, por Contribuições Sociais sobre a comercialização da produção agropecuária devidas por Pessoas Físicas, jurídicas e agroindústrias;

Notas Explicativas

Findo em 31 de março de 2017

(Em Reais)



Não foram constituídas provisões para perdas de créditos por inexistirem inadimplências conhecidas ou estimáveis de contas a receber de titularidade da Entidade.

3.4 Estoques

O saldo de almoxarifado é constituído por materiais de uso e consumo utilizados nos eventos educacionais e para manutenção da administração da entidade, como materiais de papelaria, escritório e informática.

Os materiais adquiridos para o almoxarifado são registrados pelos respectivos custos de aquisição e são baixados para despesa por ocasião das requisições de consumo.

3.5. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição e construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Entidade. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais do resultado.

As obras em andamento, enquanto não concluídas, são classificadas no ativo imobilizado como imobilizado em andamento.

O ativo imobilizado da Entidade é representado pelos bens de capital utilizados nas suas atividades sociais, os quais são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, diminuídos das correspondentes depreciações acumuladas, estas calculadas mensalmente pelo método linear segundo as taxas anuais, determinadas em função das vidas úteis estimadas desses bens.

b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Notas Explicativas

Findo em 31 de março de 2017

(Em Reais)



A Administração da Entidade realizou a revisão da vida útil-econômica dos ativos imobilizados conforme requerido pela NBC TG 1000 para o exercício findo em 31 de março de 2017, o mesmo chegando próximo a vida útil considerada para efeitos fiscais.

	<u>Anos</u>
Equipamentos	10
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de comunicação	5
Outros equipamentos	5
Equipamentos de informática	5
Prédios	25
Instalações	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.6. Intangível

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Entidade e que gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis são representados por gastos realizados com aquisições de licenças e programas de informática. Os referidos direitos são demonstrados por seus custos incorridos quando das aquisições, deduzidos dos saldos das amortizações acumuladas, estas calculadas com base em taxas lineares anuais indicadas na Nota Explicativa no 13.

3.7. Fornecedores

Os montantes a pagar são contabilizados pelos valores constantes das respectivas notas fiscais mercantis e de serviços, sendo ajustados, nas datas dos balanços, quando assim aplicáveis: (a) pelo desconto a valor presente sobre os preços de aquisição contratados a prazo, calculado com base em taxas de juros pré-fixados, sempre que os referidos preços embutirem encargos financeiros e/ou variarem em relação aos seus correspondentes

Notas Explicativas
Fimdo em 31 de março de 2017
(Em Reais)



preços à vista; e (b) pela variação cambial, relativamente às transações pactuadas em moeda estrangeira.

3.8. Obrigações tributárias

A Entidade é pessoa jurídica imune da incidência do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e, por consequência, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), bem como das contribuições ao PIS e à COFINS sobre o faturamento e demais receitas.

No entanto, a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição ao PIS sobre o montante global das remunerações mensais pagas, devidas ou creditadas aos trabalhadores assalariados por meio de suas folhas de pagamento, à alíquota de 1%.

3.9. Reconhecimento da receita

A receita é registrada com base no regime de competência.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber dos serviços prestados no curso normal das atividades da Entidade.

A Entidade reconhece a receita quando o valor da receita pode ser o mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade.

4. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Entidade referem-se contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Entidade.

A Entidade possui contas a receber e outras contas a receber, depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Entidade ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se às obrigações de longo prazo da Entidade sujeitas a taxas de juros variáveis e correção monetária vinculada a índices.

Riscos de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Entidade e o risco é minimizado na alocação de recurso com entidades de primeira linha e de grande porte.

Notas Explicativas

Findo em 31 de março de 2017

(Em Reais)



Riscos de liquidez

O risco de liquidez decorre das decisões da Administração da Entidade, do capital de giro e dos encargos financeiros e amortização principal dos instrumentos de dívida. É o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações financeiras, conforme elas vencem.

A Entidade acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, analisando e projetando as entradas e saídas de recursos de curto prazo, avaliando sempre novas formas de financiamento caso ocorram erros nas projeções desses recursos de giro.

5. Instrumentos financeiros e operações com instrumentos financeiros derivativos

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros registrados nos balanços - disponibilidades, créditos operacionais, fornecedores, obrigações e adiantamentos se aproximam substancialmente de seus correspondentes valores justos e/ou de realização, tendo sido todos contratados e/ ou contraídos em condições normais de negociação no mercado.

A Entidade não é titular de créditos e obrigações, cujos valores estejam sujeitos ou foram contratados a variações por taxas de câmbio.

Não há quaisquer posições em instrumentos derivativos e/ou outros ativos e passivos sujeitos a riscos cambiais em nome da Entidade. Do mesmo modo, não foram aplicados recursos em operações cambiais e/ou com naturezas ou características semelhantes, tendo ou não por objetivo a especulação financeira.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	março-17	dezembro-16
Caixa	1.335	-
Banco conta movimento - próprio	48.095	181.160
Banco conta movimento - convênio	762	1.037
Aplicações financeiras - próprio	52.810.158	50.796.938
Aplicações financeiras - convênio	465.040	617.724
	<u>53.325.390</u>	<u>51.596.859</u>

As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimento de renda fixa, CDB DI, CDB DI Swap e poupança, sendo remuneradas por taxas mensais que variaram entre 1% e 1,5%. Essas aplicações possuem liquidez imediata com mudança insignificante em relação ao valor registrado.

Notas Explicativas
Findo em 31 de março de 2017
(Em Reais)



7. Contas a receber

	março-17	dezembro-16
Contribuições sociais	10.485.217	3.267.711
	<u>10.485.217</u>	<u>3.267.711</u>

Refere-se ao saldo a receber da arrecadação das contribuições ao SENAR, com base na Lei nº 8.315/91, de obrigação de recolhimento em guias previdenciárias pelos produtores rurais pessoas físicas e jurídicas e das agroindústrias, todos pertencentes à jurisdição do Mato Grosso.

Essas contribuições arrecadadas correspondem às competências de março de 2017 e dezembro de 2016 e seus repasses são efetuados pelo Ministério da Fazenda após a primeira quinzena do mês subsequente.

8. Partes relacionadas

	março-17	dezembro-16
TCTF 2015	398.230	398.230
TAS 2016	1.283.541	1.283.541
TCTF 2016	1.141.836	1.141.837
TAS 2017	384.306	-
TCTF 2017	346.842	-
	<u>3.554.754</u>	<u>2.823.607</u>

Representa os saldos das provisões de repasses relacionados aos 4% sobre a Receita de Contribuições compulsórias previstos no Regimento Interno, sendo 2% para Termo de Cooperação Técnica e Financeira (TCTF) e 2% para Termo de Administração Superior (TAS), que serão realizadas como despesas através da prestação de contas, no decorrer da vigência dos contratos.

9. Convênio

	março-17	dezembro-16
Famato	37.464	141.705
Aprosoja	98.763	244.986
Fetagri	79.754	351.414
Imea	657.596	286.966
Canal Rural	250.540	250.540
Sindicatos	69.387	112.573
	<u>1.193.504</u>	<u>1.388.184</u>

Os convênios a realizar representam a disponibilização de recursos a terceiros para execução de projetos conforme Termos de Cooperação Técnica e Financeira.

Notas Explicativas

Findo em 31 de março de 2017

(Em Reais)



10. Estoque

	março-17	dezembro-16
Material de escritório	35.382	37.853
Material de limpeza	1.904	1.973
Material de Copa e Cozinha	12.696	2.362
Material Impressos	25.330	26.132
Material Instrucional	1.861.349	1.500.023
	<u>1.936.661</u>	<u>1.568.342</u>

São representados por materiais para consumo das atividades rotineiras, administrativas, manutenção de equipamentos de informática e materiais destinados a cursos prestados pela Entidade.

11. Adiantamento

	março-17	dezembro-16
Colaboradores	122.170	104.024
Terceiros - PJ	1.172.228	1.226.105
Instrutores	26.629	3.960
	<u>1.321.027</u>	<u>1.334.089</u>

12. Imobilizado

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			março-17	dezembro-16
Equip. Maq. Apar. em Geral	1.190.676	(414.933)	775.743	664.286
Imóveis	14.744.544	(5.186.675)	9.557.869	9.705.314
Instalações	2.581.601	(2.391.804)	189.797	236.392
Terrenos	1.777.824	-	1.777.824	1.615.401
Veículos	697.000	(325.568)	371.432	406.282
Mobiliário em Geral	2.302.843	(1.005.643)	1.297.200	1.252.473
Equip. de Informática	2.534.144	(1.408.068)	1.126.075	1.193.044
Equip. de Comunicação	677.138	(294.303)	382.835	378.317
Obras em Andamento NACs	4.569.093	-	4.569.093	3.636.789
Outros	83.232	(38.924)	44.307	46.321
Total	<u>31.158.095</u>	<u>(11.065.919)</u>	<u>20.092.176</u>	<u>19.134.619</u>

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano Item (3.5.b).



Notas Explicativas
Fimdo em 31 de março de 2017
(Em Reais)

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado

Descrição	dezembro-16	Adições	Baixas	Depreciação	março-17
Equip. Maq. Apar. em Geral	1.052.812	137.864	-	(414.933)	775.743
Imóveis	14.744.544	-	-	(5.186.675)	9.557.869
Instalações	2.581.601	-	-	(2.391.804)	189.797
Terrenos	1.615.401	162.423	-	-	1.777.824
Veículos	697.000	-	-	(325.568)	371.432
Mobiliário em Geral	2.203.145	99.698	-	(1.005.643)	1.297.200
Equip. de Informática	2.498.052	36.091	-	(1.408.068)	1.126.075
Equip. de Comunicação	656.097	21.041	-	(294.303)	382.835
Obras em Andamento NACs	3.636.789	932.304	-	-	4.569.093
Outros	83.232	-	-	(38.924)	44.307
Total	29.768.674	1.389.421	-	(11.065.919)	20.092.176

13. Intangível

	março-17	dezembro-16
Softwares	1.175.098	1.044.264
(-) Amortização	(417.404)	(377.488)
	757.693	666.776

14. Fornecedores e outras contas a pagar

	março-17	dezembro-16
Fornecedores e outras contas a pagar	540.037	86.426
	540.037	86.426

Os montantes a pagar aos fornecedores de serviços compreendem os gastos de apoio às atividades educacionais e os administrativos, como alimentação, realizações de eventos, auditoria.



Notas Explicativas
Findo em 31 de março de 2017
(Em Reais)

15. Convênio

	março-17	dezembro-16
Negócio Certo Rural	375.371	453.274
Programa Pronatec	-	80.389
Programa Rede E - TEC	86.495	84.926
	461.866	618.589

Os valores a realizarem sob esta rubrica referem-se aos saldos das verbas recebidas como seguem:

- Negócio Certo Rural;
- Programa Pronatec;
- Programa Rede E – TEC.

As verbas recebidas e destinadas à consecução dos respectivos projetos são registradas contabilmente nesta conta de passivo em contrapartida às contas bancárias abertas exclusivamente para esta finalidade, as quais integram os saldos das disponibilidades demonstrados na Nota Explicativa nº 6.

16. Partes relacionadas

	março-17	dezembro-16
TCTF 2016	1.141.835	1.141.835
TAS 2016	1.283.541	1.283.541
TCTF 2017	346.842	-
TAS 2017	384.306	-
	3.156.524	2.425.376

Representa os saldos das provisões de repasses relacionados aos 4% sobre a Receita de Contribuições compulsórias previstos no Regimento Interno, sendo 2% para Termo de Cooperação Técnica e Financeira (TCTF) e 2% para Termo de Administração Superior (TAS), que deverão ser repassadas a FAMATO, para custeio de projetos.

Notas Explicativas

Findo em 31 de março de 2017

(Em Reais)



17. Obrigações tributárias

	março-17	dezembro-16
IRRF a recolher	105.630	240.001
PIS e Cofins a recolher	35.955	61.499
ISS retido	20.088	24.878
	161.673	326.378
Passivo Circulante	161.673	326.378
Passivo Não Circulante	-	-
	161.673	326.378

As obrigações tributárias, refere-se aos impostos retidos sobre os prestadores de serviços tais como: instrutoria, manutenção, consultoria, vigilância.

18. Obrigações trabalhistas

	março-17	dezembro-16
Salários e provisões	1.027.100	509.942
FGTS a recolher	61.123	-
INSS a recolher	268.487	70.815
PIS a recolher	7.628	19.761
Contribuição sindical	21.588	-
Consignação fopag	10.681	9.316
	1.396.607	609.834
Passivo circulante	1.396.607	609.834
Passivo não circulante	-	-
	1.396.607	609.834

Notas Explicativas
Fimdo em 31 de março de 2017
(Em Reais)



19. Patrimônio líquido

O patrimônio social em 31 de março de 2017 é de R\$ 86.952.369 (R\$ 77.718.437 em 31 de dezembro de 2016), sendo exclusivamente composto pelos superávits acumulados.

Patrimônio social	março-17	dezembro-16
Caixa e equivalente de caixa	53.325.390	51.596.859
Contas a receber	10.485.217	3.267.711
Estoque	1.936.661	1.568.342
Imobilizações	20.092.176	19.134.619
Demais ativos	6.829.632	6.217.510
	<u>92.669.076</u>	<u>81.785.041</u>
(-) Obrigações operacionais	(2.087.217)	(1.022.638)
(-) Obrigações por repasses e convênio	(3.629.490)	(3.043.966)
	<u>(5.716.707)</u>	<u>(4.066.604)</u>
Patrimônio social	<u>86.952.369</u>	<u>77.718.437</u>

20. Receitas

	março-17	março-16
Contribuições sociais	19.287.538	16.187.410
	<u>19.287.538</u>	<u>16.187.410</u>

A principal receita do SENAR - AR/ MT é a decorrente do recebimento das contribuições sociais arrecadadas pela Previdência Social em guias previdenciárias, na forma prevista na Lei nº 8.315/91.

Notas Explicativas

Findo em 31 de março de 2017

(Em Reais)



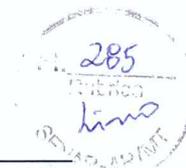
21. Despesas administrativas

<u>Classificação por natureza</u>	<u>março-17</u>	<u>março-16</u>
Atividade Meio		
Material de consumo	(18.778)	(25.082)
Outros serviços de terceiros	(228.302)	(396.470)
Serviços de consultoria	(18.500)	(7.454)
Despesas com diárias	(2.453)	(9.046)
	<u>(268.033)</u>	<u>(438.052)</u>
Atividade Fim		
Material de consumo	(526.340)	(417.780)
Outros serviços de terceiros	(5.914.457)	(3.667.819)
Serviços de consultoria	(70.143)	(47.966)
Despesas com diárias	(642.601)	(479.657)
	<u>(7.153.540)</u>	<u>(4.613.222)</u>
	<u>(7.421.573)</u>	<u>(5.051.274)</u>

22. Despesas com pessoal

<u>Classificação por natureza</u>	<u>março-17</u>	<u>março-16</u>
Atividade Meio		
Salários	(759.781)	(726.984)
Outras vantagens variáveis	(42.655)	(43.474)
Encargos diretos	(252.597)	(315.817)
Benefícios	(94.548)	(57.136)
	<u>(1.149.581)</u>	<u>(1.143.411)</u>
Atividade Fim		
Salários	(1.555.748)	(1.603.583)
Outras vantagens variáveis	(110.464)	(142.987)
Encargos diretos	(525.524)	(660.988)
Benefícios	(494.773)	(194.763)
	<u>(2.686.508)</u>	<u>(2.602.321)</u>
	<u>(3.836.090)</u>	<u>(3.745.732)</u>

Notas Explicativas
Findo em 31 de março de 2017
(Em Reais)



23. Resultado financeiro

<u>Classificação por natureza</u>	<u>março-17</u>	<u>março-16</u>
Rendimentos financeiros	1.590.494	1.619.199
Despesas bancárias	(4.829)	(13.974)
	<u>1.585.665</u>	<u>1.605.225</u>

24. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

25. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços a não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

26. Eventos subsequentes

Até a data de fechamento deste relatório, não tivemos conhecimento de operações ou eventos subsequentes sobre os quais houvesse a necessidade de evidenciar fatos e quantificar os possíveis efeitos nas demonstrações contábeis.



Normando Corral
Presidente
CPF: 286.226.776-72



Otávio Lemos de Melo Celidonio
Superintendente
CPF: 301.236.808-67



Carlos Eduardo Sanzio Alves
Coordenador Contábil
CRC MT-014309/O-7